

**V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica
23 a 25 de julho de 2017.**

GT01 – Atualidade do Trabalho Docente no Ensino de Sociologia

Título : A sociologia ambiental, enquanto instrumento pedagógico na discussão de uma consciência ambiental para formação dos estudantes do ensino médio.

Autor(es): ¹ Dirlêi Andrade Bonfim

Instituição: ² Polivalente - Colégio Estadual Polivalente de VCA BA (Av. Guanambi S/N - Vitória da Conquista BA).

Título : A sociologia ambiental, enquanto instrumento pedagógico na discussão de uma consciência ambiental para formação dos estudantes do ensino médio.

Autor(es): ¹ Dirlêi Andrade Bonfim

Resumo

O presente trabalho apresenta uma pesquisa sobre a sociologia ambiental enquanto instrumento pedagógico na discussão de uma consciência ambiental para formação dos estudantes do ensino médio. Objetivou-se contribuir para a criação de uma ferramenta na construção da cidadania para consciência ética e a prática ambiental dos sujeitos nas redes de ensino, bem como, nas multiplicidades das relações sociais, ainda como objetivo pautado em referenciais teóricos específicos; verificar os indícios de disciplinamento discente nas práticas, ações, atitudes na formação no processo educacional das comunidades escolares, voltados à mitigação dos problemas ambientais. A metodologia é a revisão de literatura, através da pesquisa bibliográfica, a pesquisa oferece um espaço para o questionamento, compreensão e reflexão sobre as condutas da comunidade escolar nas suas práticas cotidianas quanto ao processo ambiental, econômico e social das gerações futuras. Esta pesquisa contempla ainda a análise e reflexão crítica sobre a prática escolar ambiental no ensino médio. A sociologia e a educação ambiental constituem-se como alguns dos pilares da sociedade moderna atual. Trata-se de criar as condições para a ruptura com a cultura política e mercadológica dominante do sistema econômico vigente, para uma nova proposta para a participação cidadã, através da manifestação consistente e sem tutela nos processos decisórios, como precondições fundamentais para a transformação e consciência social.

Palavras-chaves: sociologia ambiental, educação ambiental, ensino médio, construção da cidadania.

1. Introdução

Nas últimas décadas temos acompanhado o surgimento de vários movimentos que visam o desenvolvimento ambiental sustentável. São inúmeros os programas e estratégias que vem sendo desenvolvidas com o intuito de frear a degradação ambiental e/ou de encontrar novas alternativas para processos de produção e consumo menos impactantes.

Sendo assim, diante deste contexto, práticas de Educação Ambiental têm sido intensificadas, tentando sensibilizar e informar as pessoas sobre a realidade dos impactos sofridos pelo meio ambiente, bem como mostrar e/ou indicar o papel e a responsabilidade da sociedade sobre o que ocorre no meio ambiente.

A expansão da Educação Ambiental têm se difundido em diversas áreas da ciência como a geografia, pedagogia, sociologia, com o intuito de dedicar a projetos de pesquisa sobre a Educação Ambiental. Isso se deve ao fato não só da sensibilidade dos problemas ambientais, mas também vêm da exigência de órgãos internacionais na busca da instalação de políticas voltadas à conservação ambiental, incluindo também a educação ambiental.

Por outro lado, devido ao aumento da exigência por parte da sociedade na busca de empresas que se preocupem com o pensamento ambiental, as empresas se veem obrigadas a se aperfeiçoar, oferecendo assim uma produção mais limpa e produtos com maior qualidade. Sendo assim as empresas tendem a seguir uma tendência de implementação uma administração responsável, na qual se preocupe tanto com questões sociais quanto ambientais.

A evolução da Educação Ambiental tem se dado não apenas pelo crescimento do número de profissionais que discutem o tema, mas também por ter sido incorporada como componente importante em ações de diversas áreas tais como saúde, direitos sociais, gestão ambiental em unidades de conservação e setor industrial, dentre outras (RODRIGUES, 2008).

Sendo assim, o pensamento por parte das empresas e sociedade deve seguir na busca de mudança de processos com o objetivo de reduzir ou eliminar a geração de resíduos e praticar a reutilização, utilizando para isso tecnologias que favoreçam a conservação ambiental.

2. Sociologia Ambiental

2.1 Surgimento da Sociologia Ambiental

A preocupação em se pesquisar e desenvolver temas voltados à educação ambiental e à produção científica e acadêmica surgiu no início da década de 60, quando se percebeu a situação da degradação ambiental, aliado ao desenvolvimento industrial (FERREIRA, 1998).

Na busca do pensamento racional no que diz respeito à conservação dos bens naturais, surge a necessidade de se estudar a sociologia ambiental. A resposta dos impactos ambientais perante a sociedade pode ter impulsionado os debates entre

meio ambiente e sociologia, na busca do entendimento entre a expansão econômica e a reação social perante a degradação ambiental.

Segundo Buttel (1996, p.23), a trajetória da sociologia ambiental poderia ser sintetizada em três momentos distintos: o momento de formação, a partir da combinação e contribuição de outras sociologias específicas; a fase de constituição de um núcleo teórico próprio e de perfil mais consensual; e um momento de diversificação e maior incorporação no campo teórico da sociologia em geral.

A sociologia tem como princípio estudar a causa, o por que e o que aconteceu ao longo tempo que faz gerar hoje problema socioambientais. Como objetos de estudo, ela prioriza cinco temas: atitudes e valores, movimentos ecológicos, riscos tecnológicos, política ambiental e desenvolvimento. Hoje, a população considera como problemas ambientais a poluição, o desmatamento, as espécies em extinção; e por contada alienação dos problemas sociais, esquecem que fome, miséria, marginalidade e preconceito são também resultado das ações que o homem estabeleceu com a natureza.

Alguns autores, apesar das regras contraditórias e algumas diferenças nas suas análises e compreensão, procuram quase sempre enfatizarem, alguns tópicos dentre eles o caráter materialista e até surrealista da crise ambiental, sem deixar de lado a importância de sua dimensão cultural. Fazem fortes críticas ao processo mal resolvido da insustentabilidade das sociedades modernas, por se apoiarem em um, ou mais, modelos de produção, consumo e descarte que dilapidou os recursos naturais muito mais rapidamente que sua capacidade de regeneração do planeta. E isso nos mostra quão é voraz o processo de destruição e degradação dos recursos naturais. Não há sensibilidade para perceber o planeta como um organismo vivo e em processo de mutação constante e ininterrupto, com todas as suas profundas e muitas vezes incompreensíveis transformações, todavia, como a única casa habitável de todos nós.

Há um momento na trajetória intelectual da sociologia ambiental, mais nítido na virada da década de 1980, caracterizou-se por uma maior diversidade teórica e por certa incorporação da teoria sociológica clássica. Destacaram-se, em primeiro lugar, as influências advindas da sociologia contemporânea, no sentido de uma guinada cultural que reduz a ênfase nas explicações materialistas e estruturalistas em favor de perspectivas culturais, subjetivas e com forte influência da sociologia do cotidiano.

Essa mudança teórica contribuiu fortemente para um aumento na receptividade da questão como fenômeno social relevante.

2.2 A importância da natureza e os cuidados ambientais

De acordo com Resk (2009) a reflexão sobre questões ecológicas, já eram perceptíveis pelo filósofo e socialista alemão Karl Marx, quando esboçava sobre seus escritos, a necessidade de cuidados com a natureza, mostrando que o homem era parte integrante dela, falava da importância do consumo consciente, de uma economia equilibrada, justiça social e da manutenção da qualidade do meio ambiente; questões ambientais e ecológicas já preocupavam o filósofo no século XIX e nos assinala com os graves problemas que vivenciamos hoje. Estes conceitos remetem aos temas hoje muito discutidos, de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas e Aquecimento Global, que surgiram principalmente a partir do ano 1970.

Em Manuscritos econômicos-filosóficos, de 1844 encontramos uma declaração significativamente importante para a época:

“O homem vive da natureza, isto é, a natureza é seu corpo, e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada a natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma porque o homem é parte dela”. (MARX, 1844 *apud* RESK, 2009).

Lowy (2005) nos mostra que é justamente em *O Capital* (1867), que o filósofo alemão afirma que o sistema capitalista esgotava as forças do trabalhador e da terra, com este conceito, sugere que o homem faz parte do meio ambiente e tem como dever a responsabilidade de preservá-lo.

Barbieri (2008) deixa evidente que nos primórdios, não havia preocupação do homem e seu relacionamento com a natureza; para ele, seu domínio era eterno e o esgotamento dos recursos não aconteceria, a natureza iria servi-lo eternamente, de maneira estática. Com o passar dos tempos, começaram a surgir indícios de que esta visão era míope, e a necessidade de controle e preservação era inevitável. Assim o respeito ao Planeta Terra, com todos os seus elementos, naturais e artificiais, condicionam a existência de todos os seres vivos e o dever de gerenciá-los.

Com relação ao período de formação, segundo os comentários de Buttel (1996, p.47), que a sociologia rural foi pioneira na contribuição para a área, embora outras

sociologias específicas tenham participado desse processo: a sociologia de comunidades, do desenvolvimento, a sociologia urbana e a dos movimentos sociais. Em certa medida, a sociologia ambiental não surgiu como uma nova disciplina, mas dentro das disciplinas já existentes, tentou cobrir a lacuna teórica da tradição clássica frente às questões ambientais, criando um lócus institucional para o desenvolvimento da nova temática. No tocante à lacuna teórica, Buttel (1996, p.56) considera que a tendência da sociologia clássica foi criar teorias que, implicitamente, assumissem que as sociedades e grupos humanos são independentes ou isolados dos processos biofísicos. Para ele, a sociologia, em busca de liberar o pensamento social dos reducionismos, preconceitos e da visão conservadora do início da ecologia humana, exagerou ao promover a separação entre o processo social e o mundo natural.

Ao que todos nós estamos a acompanhar sobre os recursos naturais do planeta como estão se depreciando num processo gigantesco com todos os processos de múltipla exploração para dar conta de um consumismo exacerbado, além da produção de montanhas e montanhas de poluição em larga escala e pela forma como são produzidos os alimentos para uma população que também não para de crescer.

Assim, percebemos de forma muito clara como a economia e a sustentabilidade andam em caminhos opostos, a produzir vários processos de insustentabilidades... visto que quando pensamos em economia nos colocamos imediatamente a pensar sobre o modelo econômico vigente e todas as suas incongruências, equívocos e absolutamente nenhuma preocupação com os aspectos sócio-ambientais e portanto, nenhuma preocupação com o tortuoso caminho a ser e já percorrido pela humanidade... ele sistema econômico com uma única e cruel preocupação, ou melhor determinação apenas com a mais-valia, o lucro, o lucro, lucro... sem pensar nas reais consequências que isto traz para a população e o meio ambiente.

Apenas um rastro de destruição espalhado por toda a terra. A nossa cada (o planeta) cada dia mais danificado e a gana pelo lucro, não cessa jamais... está ficando cada vez menor para tantas indústrias e pessoas. Neste mesmo espaço deparamos com países onde a população chega a enfrentar a miséria, enquanto em outras localidades a riqueza e o consumismo exorbitante acontecem de maneira banal. Atualmente são lançados produtos onde o seu processo de depreciação é cada vez maior, tudo para que sejamos obrigados a comprar outro, isto sem contar que em pouco tempo surgirá uma tecnologia ainda melhor que conseguirá nos convencer a

substituí-lo rapidamente, fazendo com que eliminemos mais e mais lixo ao meio ambiente.

Como pensar de forma prática num modelo alternativa de economia humana, solidária virtuosa e que atenda às necessidades de todos os povos, num processo racional de seres humanos em prol de seres humanos e uma chance ao processo de sustentabilidade, não apenas como algo processualmente utópico e pouco interessante em um mundo tão consumista?

Esta é uma pergunta difícil e a busca para a resposta leva a inúmeros desafios. Ser sustentável é muito caro, ao mesmo tempo em que indústrias lucram mais produzindo seus produtos do jeito mais aprazível e conveniente para atender e satisfazer apenas aos seus desejos mercadológicos. E aí naturalmente o que há uma explosão de incompatibilidades por todos os cantos da terra. É necessário contudo, que coloquemos os contra-pontos e levemos à discussão permanente em sala de aula, em seminários, debates, enfim, nas discussões todos a que nos dispusermos a participar, com a consciência de que estamos a fazer apenas um pouco do tanto necessário que se apresenta.

Porém, devemos pensar no seguinte: e o preço que se paga para o descarte das coisas? Segundo a Professora Anne Leonard (2007), na “História das Coisas”, nos deixa grandes lições, acerca do processo de produção, de como está sendo conduzido e como cada um de nós devemos nos comportar diante das demandas diversas.

Hoje as grandes empresas simplesmente jogam seu lixo de maneira imprudente, descartam tudo, sem a menor preocupação com o meio ambiente, em total desrespeito inclusive ao que está previsto na Legislação, quanto ao descarte dos seus resíduos, mas enfim, sabemos que as Leis não são cumpridas e os crimes ambientais estão por toda parte, tão presentes no nosso cotidiano que já fazem parte da paisagem por onde quer que passamos e acabam por realizar uma tarefa semelhante a “jogar a sujeira debaixo do tapete”, ou ainda muito pior jogam para compartilhar os resíduos com toda a sociedade, mais uma vez deixando o ônus e o custo para toda a sociedade, sem maiores preocupações. Uma vez, que tem também elas empresas, uma certeza de que não serão punidas pelos crimes ambientais que estão a cometer incessante, constante e permanentemente.

Devemos dar uma chance a verdade, ao espectro social ambiental e a possibilidade da reconstrução dessa nossa casa chamada planeta terra.

Diante de tanta “sujeira” a todo instante somos surpreendidos com algum novo desastre ecológico, algum desastre ambiental sem precedentes... e o que fazer...? Será que é chegada a vigésima sexta hora...? Me pego por vezes a perguntar o querem esses homens...? Que humanidade tão desumana é esta...? Para onde caminhamos...?

Poderíamos realizar um processo de sustentabilidade de modo que todos lucrem, se alimentem e eliminem o que resta de forma apropriada e consciente será algo que deverá ocorrer da maneira, mais dinâmica ativa e com a consciência plena acerca dos princípios da sociologia e educação ambiental, caso contrário, o planeta que já está em crise ambiental, só agravará a grande crise que resultará na ajuda mútua de países grandes e pequenos, pobres e ricos, com o mesmo objetivo, a sobrevivência da raça humana.

2.3 Educação ambiental e seus desdobramentos

A divulgação cada vez mais presente dos ditos problemas ambientais desperta em parte da sociedade o interesse crescente em saber o que anda sendo feito para evitar agravamentos. Essa pequena quantidade de pessoas quer ver as ações de cunho ambiental e se elas estão ajudando a reverter o quadro de “crise ambiental”. Além disso, os órgãos nacionais e internacionais vêm há muitos anos discutindo o assunto.

Vários foram os eventos que definiram estratégias e/ou diretrizes a fim de combater o temeroso “caos ambiental”. A Educação Ambiental foi uma delas. Desde o reconhecimento da EA como estratégia, vários outros eventos aconteceram para definir agora as ações da própria E.A.

No âmbito internacional o marco inicial é de 1973 com o Registro Mundial de Programas em Educação Ambiental, seguido de alguns eventos como o Congresso de Belgrado em 1975, onde a Carta de Belgrado estabelece as metas e princípios da Educação Ambiental. O Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) em 1975, e um dos mais conhecidos, a Conferência de Tbilisi - Geórgia, estabelece os princípios orientadores da EA e remarca seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador.

De acordo com Loureiro (2009, p.56), para se trilhar os caminhos da sustentabilidade, diz

que é preciso garantir simultaneamente: “espaços para discussão e decisão política; que os ciclos ecossistêmicos sejam preservados; e que todos possam ter dignidade de vida.” Para o autor há um contra-senso em assumir estes posicionamentos com relação ao que o capitalismo pode oferecer como possibilidade e que, para tal, é necessária a criação de políticas públicas de EA para que haja superação e transformação das relações que constituem a sociedade atual e, portanto, em nós mesmos.

O Brasil esteve presente em vários desses eventos internacionais que tiveram como pauta a EA, mas em relações a ações, as consideradas aqui mais relevantes em esfera local datam de 1977 com a Implantação do Projeto de Educação Ambiental em Ceilândia (UNESCO, 1977, p. 81). E em âmbito nacional data de 1990 com a criação dos Núcleos Estaduais de Educação Ambiental do IBAMA, NEA's e em 1994 com a Aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental, PRONEA, com a participação do Ministério do Meio Ambiente / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / Ministério da Educação / Ministério da Ciência e Tecnologia / Ministério da Cultura (MMA / IBAMA / MEC / MCT / MINC).

Alguns desses congressos internacionais entenderam como problemas ambientais atributos como a fome. Em 1976, por exemplo, o Congresso de Educação Ambiental Brazzarville, África, reconhece que a pobreza é o maior problema ambiental. Mas o foco do que é identificado como problemas ambientais na maioria dos eventos, são problemas ligados ao clima (aquecimento global), ao lixo (armazenamento, etc.) e à quantidade disponível para uso dos elementos da natureza (água, solo, florestas), evidenciando a visão de natureza separada do homem, se opondo a da complexidade proposta por Morin. Entendidas dessa forma, as ações estão na maioria das vezes voltadas para evitar ou minimizar esse tipo de problema.

Segundo Grun (1996, p. 45), a Educação Ambiental embora seja da responsabilidade de toda a sociedade, é à escola que se cobra uma atuação urgente. Neste sentido, os professores de um lado sentem-se impotentes diante da sua complexidade, como também não são subsidiados com uma capacitação específica sobre a temática, além de atuarem buscando minimizar ou adequar as suas ações aos problemas crônicos da educação brasileira.

Ao longo dos anos, foram criadas no Brasil várias instituições que são responsáveis pelas ações do adestramento ambiental. Os mais significativos são o Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Lei nº 9.795, de 27 de ABRIL de 1999, que institucionalizou a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que por sua vez criou o Programa Nacional do Meio Ambiente (PRONEA).

Por meio de uma rede que liga todas as instituições descritas acima e outras em todo o país e ainda as ONG's, é implantada uma série de atividades em todos os níveis de ensino, nos ambientes formais, informais e não-formais.

Nos ambientes formais de ensino, as escolas de ensino fundamental e médio incluíram temas ambientais nas disciplinas já existentes e geralmente é dedicado um ou dois dias do ano (normalmente no Dia Mundial do Meio Ambiente – 05 de junho e no Dia da Árvore – 21 de setembro) no calendário escolar para que os estudantes façam atividades ambientais como gincanas, peças, participar de palestras e coisas do gênero.

2.4 A sociologia Ambiental como instrumento pedagógico de conscientização

Apenas a partir da segunda metade dos anos de 1970, segundo aborda Layrargues (2002, p.2), há um período de demarcação e constituição da Sociologia Ambiental como uma nova fonte de saber e conhecimento da sociologia que vai tratar mais especificamente da multiplicidade das relações estabelecidas entre as sociedades humanas e seu ambiente natural, ou meio ambiente, em direção à expansão da crise ambiental. Ainda de acordo com o mesmo autor, as ciências sociais e mais a sociologia foi surpreendida pela emergência da crise ambiental e infelizmente vem reagir de forma tardia. Também é verídico que, desde o início da sua constituição, houve uma preocupação entre seus fundadores em sistematizar seu campo teórico-conceitual e em delimitar a amplitude do espectro de sua abrangência temática.

A possibilidade de abordar o problema da degradação ambiental junto à perspectiva da sociologia tem representado uma alternativa e ao mesmo tempo uma crítica a uma tradição no campo de pesquisas das ciências sociais que consagrou, durante algum tempo, um campo restrito e fechado para os seus estudos, ora através da antropologia, da ciência política ou da sociologia Moraes, (1998, p.22). Mais precisamente, a tradição durkheiminiana da sociologia que considerava, para a explicação dos fenômenos humanos, apenas os fatos sociais, fazendo, com isso, que a sociologia passasse a ignorar o mundo físico, no qual as sociedades vivem, em função dos excessos de determinismos geográficos e biológicos que caracterizavam essas abordagens.

A sociologia ambiental é um ramo da sociologia que visa refletir e discutir as relações entre a sociedade e meio ambiente. Atualmente ganha força com preocupações ambientais.

O capitalismo desvairado assombra o país, gerando consequências incalculáveis. O ambiente não se recupera das ações humanas, ameaçando que gerações futuras possam usufruir dos mesmos bens que gerações passadas e até mesmo a sociedade que se corrompe drasticamente seguindo a “ditadura”, onde os fortes mandam e os “fracos” são reprimidos.

Dessa forma, entende-se que a sociologia ambiental, é essencial para a formação de indivíduos que possam além de refletir e discutir, executar mudanças para a melhoria socioambiental do país.

[...] “a educação ambiental se tornou um fenômeno social que passou incólume e desapercibido a ponto de ter sido sistematicamente ignorado por quase vinte anos de existência da sociologia ambiental. Abandonada à sua própria sorte, a ausência de uma reflexão sociológica sobre a educação ambiental tem se configurado como um severo fator limitador de seu refinamento conceitual, caracterizando assim, um triste empobrecimento teórico dessa prática educativa”. (LAYRARGUES, 2002, p.2-3).

Na concepção de Hannigan (2000, p.55), a preocupação ambiental é invariável, flutuando ao longo do tempo, aumentando e diminuindo em proeminência. Além disso, a questão ambiental não se materializa por si só. Deve ser construída pelos indivíduos ou organizações que percebem ou definem seu estado como preocupante e que procuram fazer algo para resolver o problema.

À educação “ambiental” cabe ser compreendida como sendo inerente à própria educação, sem separação, como intento da religação dos saberes, como explica Morin (2001, p. 43):

“...A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional”... (MORIN, 2001, p. 43):

Até que a Educação “Ambiental” (EA) seja entendida como parte da educação, esta última, no âmbito nacional, tem um longo caminho a percorrer. É necessário que os responsáveis por promovê-las, tanto a EA como a Educação, as entenda como

inseparáveis. Para isso é preciso saber de quem é e de quem deveria ser a responsabilidade por elas pelo menos no Brasil.

Dessa forma, geram-se conflitos, dificuldades em associar as práticas docentes a valores éticos, porque não há percepção de que eles estão inseridos nas vivências cotidianas de todos nós e em todas as disciplinas. Eles não constituem conteúdo específico de disciplinas isoladas, mas devem permear o fazer pedagógico.

A população em geral deveria agir para a resolução dos problemas ambientais, tendo como força propulsora a visão de mundo dialética do qual estamos inseridos, se valendo da complexidade em contraposição ao cartesianismo. É urgente a necessidade do pensar global e agir local, lema da Educação Ambiental, mas da forma que Bruggüer (1999, p. 58) defende, onde:

“Pensar globalmente não deveria ser, pois, pensar cartesianamente no mundo inteiro. Por outro lado, agir localmente tampouco deveria significar apenas resolver problemas locais de poluição, como se eles fossem “os” problemas ambientais, apenas, mas, sócio-ambiental”. (BRUGGÜER 1999, p. 58).

Pensar assim é pensar complexamente. Mas vale questionar a responsabilidade. Quem deve pensar global e agir local é somente a dona de casa que recolhe óleo para reciclagem? Ou os donos de grandes empresas que poluem as águas e os solos prejudicando uma quantidade muito grande de pessoas da qual eles (empresários) não estão inclusos?

Se entendemos até aqui que a convivência saudável com o planeta, ou a conservação/preservação ambiental, é também objetivo da educação, vamos tentar entender a partir de agora, quem é responsável por ela.

Para a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, todos têm direito à educação, e é dever do Poder Público assegurar esse direito. Como já vimos, a educação no Brasil segue padrões neoliberais de ensino, de saberes fragmentados e com ideais tradicionais que atendem os anseios do modo de produção capitalista.

A Sociologia Ambiental brasileira, embora tenha iniciado seus trabalhos com a discussão ambiental já presente em muitos outros países do mundo, deve buscar se fortalecendo academicamente através da valorização de sua teoria, da sua inserção em muitas universidades através de disciplinas específicas e cursos de pós graduação

que produzam mais conhecimento sobre o tema, e principalmente, pela formação de espaços de discussão e troca de experiência entre pesquisadores, revelando-se uma esfera de estudo multifacetada, buscando inovar e (re)fazer paradigmas, buscando um espaço para (re)pensarmos a construção de uma nova “imaginação sociológica ambiental brasileira”.

Segundo Jacobi (2003, p.55), existe um desafio essencial a ser enfrentado que está centrado na possibilidade de que os sistemas de informações e as instituições sociais se tornem facilitadores de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma sociedade sustentável.

Com isso, é preciso que se criem todas as condições necessárias para facilitar o processo, suprimindo dados, desenvolvendo e disseminando indicadores e tornando transparentes os procedimentos por meio de práticas centradas na educação ambiental que garantam os meios de criar novos estilos de vida e promovam uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento, marcado pelo caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais.

3 Aproximações Finais longe da conclusão

O presente artigo apresenta um cenário acerca da interferência do homem no processo ambiental, reforçando a importância de tornar a Educação Ambiental em um tema presente no âmbito da Sociologia Ambiental e transformá-la num objeto de estudo sociológico, a demonstrar e indicar novos rumos mais claros inequívocos e coerentes no desempenho de atividades para a composição de função social que se deseja dar a essa prática pedagógica, permitindo o crescimento da consciência ecológica da sociedade e a busca de resultados satisfatórios. Evidencia-se também que deveria haver um ponto de equilíbrio, quebrar paradigmas, não só no campo ambiental, mas em todas as esferas que envolvam a multiplicidade das relações do homem com o meio ambiente, ou melhor nas relações quase sempre conflituosas entre (sociedade-natureza) e portanto, a sociologia ambiental como uma nova ferramenta à disposição da comunidade acadêmica especialmente dos discentes do ensino médio, não apenas como instrumento de formação, mas, principalmente como elemento fundamental para despertar o interesse dos estudantes, não apenas no

espaço das instituições de ensino, mas nas suas vidas cotidianas muito além dos muros das escolas, como multiplicadores da ideia da consciência social ambiental, nas suas mais puras e amplas possibilidades da construção de um novo olhar do animal humano sobre o meio ambiente(animal e o natural).

Pois, por mais que a meta da Educação Ambiental seja contribuir para a mudança ambiental, ela permanece sendo Educação e, nesse sentido, ainda é objeto de disputas ideológicas que visam manter ou alterar as condições sociais. Em meio a esta discussão, trazem-se também as características do desenvolvimento sustentável, práticas importantes na medida em que esses indivíduos se coloquem efetivamente como parte integrante do processo, da concepção, à construção, da consciência ética social ambiental, através dos seus exemplos e possam se não servir da modelo, mas, que pelo menos possa transformar as realidades em situações menos cruas e frias em situações mais humanas e solidárias e para isso, necessário se faz que na medida em que os paradigmas sejam quebrados e a sociedade se predisponha a um processo de conscientização em que todos possam participar efetivamente dessa construção.

A contribuição que esta pesquisa oferece, longe da conclusão e ou considerações finais, até porque por se tratar de temas tão complexos as argumentações e análises apresentadas no texto não tem a pretensão de esgotar o tema em discussão dada a amplitude e complexidade do(s) mesmo(s). Muito ainda existe para ser feito, pois a Educação Ambiental é dinâmica, sistêmica, multidisciplinar, processual e está em permanente construção.

Como subsidiar na elaboração de projetos, planos e políticas públicas que envolvam programas educacionais voltados para a educação e a sociologia ambiental e as práticas conscientes do relacionar ensino-aprendizagem dentro de uma postura responsável, multidisciplinar no universo das unidades educacionais do ensino médio da rede pública estadual em Vitória da Conquista, Bahia.

Referências

- ABNT – **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Sistemas de Educação Ambiental. Requisitos com orientações para uso – ABNT NBR ISO 14001:2004. Disponível em http://www.abnt.org.br/m3.asp?cod_pagina=1130. Acesso em 15 de maio de 2017.
- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- ANTONIUS, P. A. J. **A Exploração dos Recursos Naturais Face a Sustentabilidade e Gestão Ambiental: uma reflexão teórico conceitual**. Belém: NAEA, 1999, 30p.
- BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial**. 2.ed. atualizada ampliada. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BECK, U. **Risk Society. Towards a New Modernity**. London: Sage Publications, 1992.
- BONFIM, D. A. **A Educação Ambiental como uma ferramenta na construção da cidadania**. Integrart, Vitória da Conquista, v.1, n.1, p.74-110, abr./set. 2015
- BRUGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1999.
- BRUM, A.K. et al. **Mudança de paradigma na prática de sustentabilidade**. Anais... XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção Curitiba – PR, 2002. Disponível em: . Acesso em: 03 de abril de 2017.
- BUTTEL. **A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana**. Revista de Ciências Sociais, São Paulo: Unesp, v. 15, p. 69-94, 1992.
- _____. **Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas**. In: HERCULANO, S.; PORTO, M. 1996;
- FREITAS, C. (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niteroi: EDUFF, 2000.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CATTON, W.; DUNLAP, R. **Environmental sociology: a new paradigm**. The American Sociologist, Washington, D. C., v.13, n. 1, Feb. 1998.
- CUNHA, S. **O ambiente na sociologia: a emergência da nova ecologia humana**, 2004. Disponível em: . Acesso em: 14 de março de 2017.
- DOBSON, A. **Green Political Thought**, London: Unwin Hyman, 1990.
- DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- DUPAS, Gilberto (org.). **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

- FERREIRA, Leila da C. **A questão ambiental: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. VIOLA, E. (Orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996.
- FERREIRA, Leila da Costa. **Sociologia Ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- FILHO, J. C. G. S; SIESÚ, A. B. **Produção Mais Limpa: uma ferramenta da Gestão Ambiental aplicada às empresas nacionais**. Ouro Preto: UFPE, 2003.
- FREITAS, C. (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niteroi: EDUFF, 2000.
- GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed Unesp, 1991
- _____. Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo : Martins Fontes, 1989.
- GOLDBLATT, D. **Teoria Social e Meio Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas, SP: Papyrus 1996.
- HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. A formação de uma perspectiva social. Instituto Piaget. Lisboa. 2000.
- _____. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2009.
- GORZ, **A Ecology Politics**. Londres: Pluto, 1980.
- HOGAN, D.; VIEIRA, P. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1992.
- ILLICH, I. **A Convivencialidade**. Publicações Europa/ América. Lisboa, 1976.
- INGLEHART, R **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton University Press. Princeton, 1990.
- JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, USP, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.
- _____. **“Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania”** Revista Ambiente & Sociedade Campinas, SP, n. 1, 2006.
- LAYRARGUES, P.P. **“Geopolítica da Biodiversidade”** Revista Ambiente & Sociedade Campinas, SP, n. 5, 1999.
- LAYRARGUES, P.P. **Muito prazer, sou a educação ambiental**, seu novo objeto de estudo sociológico. 2002. Disponível em: Acesso em: 03 de fevereiro de 2017.
- LEONARD, A. **A História das Coisas - da Natureza Ao Lixo, o Que Acontece Com Tudo Que Consumimos**, São Paulo, Zahar, 2007;
- LESSA, S **“Los limites Del desarrollo sustentable”** Revista Ambiente & Sociedade Campinas, SP, n. 6 e 7, 2000.

LIMA, G da C **“O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação”** Revista Ambiente & Sociedade Campinas, SP, n. 2, 2003.

LOUREIRO, C. F. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2009.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ecossocialismo e planejamento democrático.** Crítica Marxista, São Paulo, n. 28, p. 35-50, 2009.

_____. **Luta anticapitalista e renovação do marxismo.** Entrevista com Michael Löwy (1998). In: BENSÄID, Daniel; LÖWY, Michael (Orgs.). **Marxismo, modernidade e utopia.** São Paulo: Xamã, 2000. p. 248-256.

MCREYNOLDS, S. A. **“Guia para iniciantes em Sociologia do Meio Ambiente: definição, lista de jornais e bibliografia”** Ambiente & Sociedade Campinas, SP, n. 5, 1999.

MORAES, A.C. **Por que Sociologia e Filosofia no ensino médio?** Revista Educação, São Paulo, n. 10, p. 50-53, maio 1998. (Republicado em CARVALHO, op. cit., p. 95-103).

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, L. P.; MELLO, M. C. A. **Gestão Socioambiental Estratégica.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

RESK, S. S. **A Ecologia de Marx.** Revista Vida, Ciência e Filosofia, São Paulo n.º.41 17-23,2009.

RODRIGUES, M. A. **Instituições de direito ambiental.** Vol I – Parte Geral, São Paulo: Max Limonad, 2008.